

Ilustre e religioso devoto, foi no século passado uma das mais representativas personalidades da sociedade poveira, no país e na corte do século XIX. E se é certo que nunca lhe encontramos qualquer linha escrita destinada a engrandecer ou sequer distinguir significativamente a sua terra natal, tendo vivido (1788-1858) em era conturbada, bem merece, menos pela escassa obra literária do que pela actividade desenvolvida, o direito a destacada referência.

Deixada a freguesia de Argivai, onde nasceu a 14 de Fevereiro de 1788, José da Silva Tavares ingressou na Ordem dos eremitas de Santo Agostinho e professou com o nome de Frei José da Sacra Família, vindo a matricular-se como seu escolar, a 29 de Outubro de 1807, na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra e a receber o grau de doutor, em 26 de Julho de 1814, após a defesa de uma dissertação, escrita em idioma latino, sobre a concepção virginal de Cristo.

Detentor de brilhante currículo académico, candidatou-se como opositor e foi-lhe concedida a regência de uma cadeira subsidiária, a 12 de Julho de 1817, principiando assim uma docência universitária em matérias teológicas que só terminaria com a ida para Lisboa, em 1832, a fim de leccionar filosofia racional e moral no Estabelecimento Real de Belém, em pleno domínio do governo miguelista, de que era militante defensor. Decorreu a permanência do frade poveiro no meio coimbrão em período particular agitado por acontecimentos que criaram as conjunturas decisivas capazes de proporcionarem as mudanças das estruturas políticas e sócio-económicas do país: invasões francesas, intensa difusão da ideologia revolucionária através do activismo maçónico, implantação do regime constitucional, independência do Brasil, restauração absolutista e confronto fratricida entre legitimista e liberais.

A ligação estreita entre o trono e o altar gerava, na altura, motivos fortes para divisão e empenhamento do clero na luta política pela defesa da ordem tradicional ou pelo generoso desejo de mudança. Por temperamento e convicção, Sacra Família assumiu-a até onde lhe foi possível. Os tempos, de resto, decorriam propícios alinhamentos partidários dos eclesiásticos mais combativos. Com efeitos, ainda em vésperas do doutoramento, foi um dos pregadores convidados a subir ao púlpito da Igreja de Santa Cruz, durante o solene tríduo que os comerciantes de Coimbra promoveram, de 8 a 10 Julho de 1814, em acção de graças pelo restabelecimento da paz geral na Europa, acordado pelo 2º Tratado de Paris, a 30 de Maio Transacto. Coube-lhe o sermão da primeira tarde, denotando a honra concedida a notoriedade e o apreço de que desfrutava no meio, se atentarmos haverem estados presentes, no piedoso e festivo acto, “todo o corpo académico, religioso, e cavalheiros da cidade e de fora”. As múltiplas vicissitudes políticas ocorridas nos anos imediatos, em especial a partir da década de 1820, ajudam-nos a compreender como, em ambiente fortemente politizado, o calor polémico transtornou tantos espíritos, que tinham por imperioso dever evangélico procurar no púlpito caminhos de moderação e concórdia. A insurreição miguelista de Vila Franca, ao sair vitoriosa em Maio de 1823, acabou por alcançar o seu objectivo: interromper a gestão liberal e restituir a D. João VI os seus inalienáveis direitos de rei absoluto. Consolidado o golpe contra-revolucionário, a Universidade de Coimbra, como entidade institucional, logo traçou um programa condizente de demonstrações gratulatórias. De novo Frei José da Sacra Família foi um dos oradores escolhidos para solene Tríduo, promovido pelos académicos tradicionalistas de 23 a 25 de Fevereiro de 1824, na Capela da Universidade, em acção pela Restauração da monarquia absolutista.

O sermão do farde poveiro, de imediato publicado, teve lugar na tarde do derradeiro dia da celebração religiosa. Interpretando rigorosamente o intento que presidira ao acto, Sacra Família verberou os males de que o país lhe parecia vítima, filhos do liberalismo revolucionário e da doutrina racionalista e atea dos enciclopedistas franceses, a queurgia pôr cobro. Permanecendo em Coimbra até 1832 e depois em Lisboa, o Doutor José da Silva Tavares mergulhou por coerência ideológica numa atmosfera que a facção miguelista via deteriorar-se com a sorte da guerra civil. A queda, em Espanha, de D. Carlos de Bourbon e o apoio inglês dado à expedição liberal apressaram o desfecho de Evoramonte, em 26 de Maio de 1834, com a partida de D. Miguel para o exílio.

Comprometido por certas amizades, protecções, activismo político e solidariedade ideológica com o regime vencido, nada mais prudente para Sacra Família do que seguir, apesar das incertezas

futuras, o caminho do desterro, até por que mal o novo governo se instalara no poder, decretou o banimento das congregações religiosas masculinas.

Em setembro de 1834, já se encontrava em França que regurgitava de emigrados políticos portugueses. Com o primeiro e preocupante problema a resolver era o da subsistência material, vêmo-lo passar a egresso, pelo breve papal de secularização de 7 de Maio de 1835, e dedicar-se ao ensino, ocupação compatível com o seu estado de eclesiástico e habilitações académicas. Instalado nos arredores de Paris, exerceu o cargo de professor de língua e literatura pátrias no Pritaneu, estabelecimento de ensino frequentado por jovens portugueses e brasileiros. Antes de findar 1838, encontrámo-lo à frente do Colégio D. Pedro de Alcântara, em Fontenay-aux-Roses, aberto para proporcionar uma preparação pré-universitária, o mesmo fim que teve como alunos o Conde de Farrobo, o futuro bispo do Porto, cardeal D. Américo, e Pedro de Amorim Viana, o Newton português. Contudo, em Setembro de 1845, teve de encerrar, ao que parece por dificuldades económicas. Neste entretanto convivia com outros companheiros de exílio, como José da Gama e Castro, contemporâneo dos tempos de Coimbra e autor do famoso Novo Príncipe, e D. Francisco Alexandre Lobo, seu antigo mestre de Teologia.

Passa então à Inglaterra, onde encontra outro discípulo coimbrão, António Ribeiro Saraiva, célebre legitimista e dedicado agente de D. Miguel na corte londrina e junto dos numerosos emigrados indefectíveis da causa absolutista. Nos arredores da capital, em Stratford Green, abre um modesto pensionato masculino para sete alunos, oriundos das melhores famílias. Na sequência, porém, de uma doença que o apoquentava, vê-se forçado a abandonar definitivamente a que fora a mais grata das suas ocupações: a de educador da juventude. A partir dos começos de 1848, fixa-se, como missionário católico em Witham, no Essex, dedicando-se com entusiasmo à construção de um pequeno templo, ainda existente e ao diálogo fraterno com protestantes grados da região.

Realizado, em Setembro de 1851, o casamento de D. Miguel com a princesa alemã D. Adelaide Sofia, parte em Novembro para Hanau, nas imediações de Francfort, afim de ocupar o cargo de secretário particular do monarca destronado e mestre de português de sua esposa, tarefa em que se manteve até princípios de 1853 e veio a deixar vítima de intrigas e desinteligências políticas tecidas pelos mentores da causa miguelista. De regresso à Inglaterra, acabou os seus dias a pastorear a comunidade católica de Santa Helena de Brentwood, a 14 de Setembro de 1858, a 20 milhas de Londres, e jaz sepultado no cemitério paroquial, anexo ao templo.

Inserido na sua época, acompanhou-lhe as vicissitudes de forma interveniente, embora resistisse aos ventos de mudança soprados pela história. A imagem que, ao morrer, deixava de si era a de um pedadado apaixonado e de um sacerdote culto, zeloso, caritativo e aberto ao diálogo. Na verdade, em plena Inglaterra vitoriana, exerceu, como se lhe reconhece, “uma grande influência sobre os não-católicos que revelavam uma hostilidade difícil de imaginar”, a ponto de podermos considerá-lo um animador do ecumenismo enquadrado na linha de pensamento e acção do célebre cardeal Wiseman e dos obreiros do ressurgimento católico na Inglaterra que a década de 1850 viu despontar. Intransigente em questão de princípios, procurava ser tolerante e humano no convívio social com os que não seguiam a sua ideologia. E, por mais que a política o houvesse seduzido e arrastado à luta, nunca ultrapassou o respeito exigido pela sua condição.

ANTOLOGIA BREVE

“Académicos... a Pátria está com os olhos fitos em nós, e a nossa obrigação chama. Façamos pois guerra implacável à ignorância capa do charlatanismo Literário, a qual é tanto fonte da imoralidade e irreligião, como a ciência profundo o é de Religião e de virtude. Religião... Religião, oh!

Acadêmicos, porque sem Religião não há costumes, sem costumes não há cidadãos, e sem cidadãos não há Governo; pelo contrário havendo Religião há costumes, havendo costumes há cidadãos, e havendo cidadãos todas as formas de Governo são boas contando que se achem estabelecidas, e sejam à antiga. Religião... Religião, oh! Acadêmicos, porque, se a vemos muito desprezada, é porque é muito ignorada; e, ao bem que muito se ignora, facilmente se renuncia. Não consintamos que Portugal aprenda por experiência, que a anarquia é tão inseparável do ateísmo, como a barbárie o é da ignorância. Religião... Religião, oh! Acadêmicos, porque sem ela ninguém pode conter os funestíssimos extravios da razão humana; lembrai-vos de que já a vimos exaltada no século XVIII a ter um templo em Paris; lembrai-vos de que ainda a ouvimos proclamar como verdadeiro e único manancial de felicidade; mas notai que os homens todos andam em guerra uns com os outros só pelo motivo de cada um usar da sua razão. E qual será a causa? É porque se ela desacompanhada da Religião muito vale, e muito pode brilhar na parte especulativa das ciências humanas, contudo, quando tem de trabalhar, tendo defronte os nossos prazeres, interesses e caprichos, é uma verdadeira escarva destes, varia com eles, despropositada com eles, é tão detestável como eles. E é por isso, que ainda repito: Religião... Religião, oh! Acadêmicos.”

Frei José as Sacra Família